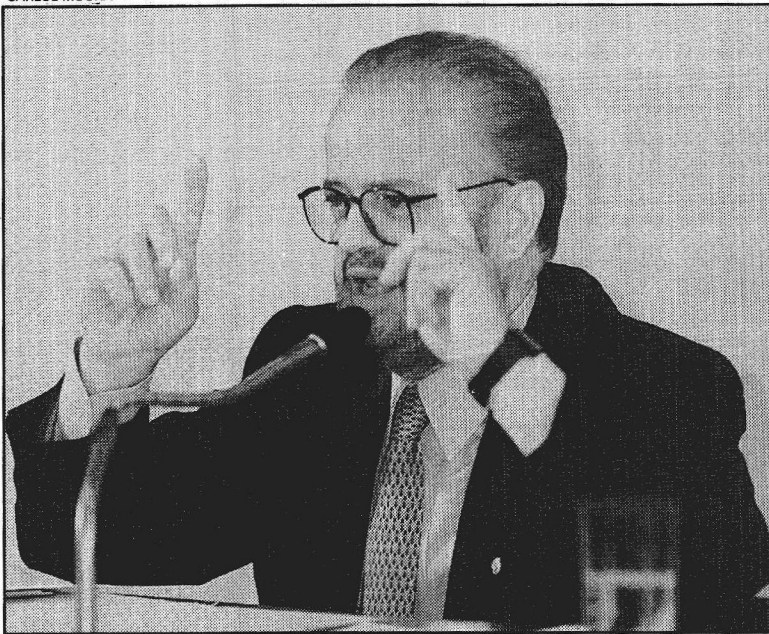


Até o relator livra deputado

Dizendo-se “rico, muito rico mesmo”, o deputado Pedro Irujo (PMDB-BA) foi mais um parlamentar suspeito de manipular verbas públicas que usou a tribuna da CPI do Orçamento para limpar o nome. “O político às vezes tem que ficar nu”, disse Irujo no final do depoimento, de pouco mais de uma hora e meia. “Vim para ouvir perguntas de todo tipo, sobre meu patrimônio e minha família”.

Mesmo tendo caído em contradição, ao afirmar que a Fundação Pedro Irujo, de Salvador, jamais recebeu verbas de subvenção social, o deputado foi absolvido até pelo relator da CPI, Roberto Magalhães (PFL-PE). “Acho que ele apresentou respostas satisfatórias”, disse Magalhães. A Fundação Pedro Irujo recebeu 71 mil dólares para suas 18 creches, a pedido do deputado Cleonânio Fonseca (PFL-SE). Irujo garantiu que todas funcionam e têm gastos justificados, enumerando compras de fogão, geladeira e liquidificadores.

Irujo aproveitou o espaço da CPI para fazer marketing. Mostrou o folheto de sua campanha para prefeito de Salvador, em



Irujo justifica seu patrimônio: “Sou rico, muito rico mesmo”

1992, que recebeu o prêmio de melhor propaganda, disse que a Fundação Pedro Irujo foi eleita uma das melhores do País e fez uma declaração de amor ao Brasil. Espanhol de Pamplona, Irujo chegou ao Brasil em 1956, fugindo do regime do general Francisco Franco. “Não troco a Bahia e o Brasil por nada”.

Pobreza — Um detalhe chamou a atenção de Roberto Magalhães que, sempre sério nos interrogatórios, permitiu-se uma brincadeira. Ao analisar as contas bancárias de Irujo, Maga-

lhães notou que o movimento de sete milhões de dólares de 1989 caiu para 92 mil dólares em 1990. “O senhor fez voto de pobreza?” Irujo respondeu que, ao ser eleito deputado, deixou suas atividades à frente das 24 empresas do grupo que controla, que tem faturamento anual de 250 milhões de dólares.

O único motivo para a convocação de Irujo foi a referência a seu nome nos papéis apreendidos na casa do diretor-regional da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis.